

## Índice

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	10
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	11
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

### Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	66
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	67
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	68

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2015</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	4.352.285
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>4.352.285</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/02/2015	Dividendo	27/03/2015	Ordinária		33,06536
Assembléia Geral Ordinária	30/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2015	Ordinária		0,47640
Assembléia Geral Ordinária	30/06/2015	Juros sobre Capital Próprio	30/09/2015	Ordinária		0,40473
Assembléia Geral Extraordinária	04/03/2016	Juros sobre Capital Próprio	30/06/2016	Ordinária		1,48985
Reunião do Conselho de Administração	11/11/2015	Dividendo	18/12/2015	Ordinária		19,34711
Assembléia Geral Extraordinária	04/03/2016	Juros sobre Capital Próprio	30/06/2016	Ordinária		1,48985

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	1.367.471	1.353.720	948.406
1.01	Ativo Circulante	257.516	670.806	320.682
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	177.247	613.145	274.394
1.01.03	Contas a Receber	23.025	22.635	21.698
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	23.025	22.635	21.698
1.01.04	Estoques	0	352	474
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.048	2.134	793
1.01.07	Despesas Antecipadas	877	950	768
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	48.319	31.590	22.555
1.01.08.03	Outros	48.319	31.590	22.555
1.01.08.03.01	Empréstimos a Partes Relacionadas	48.256	31.493	22.522
1.01.08.03.03	Outros Créditos	63	97	33
1.02	Ativo Não Circulante	1.109.955	682.914	627.724
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	683.359	325.222	297.324
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	74	55	13
1.02.01.06	Tributos Diferidos	20.222	13.299	7.946
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.222	13.299	7.946
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	659.918	311.745	289.261
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	659.918	311.745	289.261
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.145	123	104
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	202	123	104
1.02.01.09.04	Impostos a recuperar	2.943	0	0
1.02.03	Imobilizado	1.139	1.212	1.187
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.139	1.212	1.187
1.02.04	Intangível	425.457	356.480	329.213
1.02.04.01	Intangíveis	425.457	356.480	329.213
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	425.457	356.480	329.213

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	1.367.471	1.353.720	948.406
2.01	Passivo Circulante	349.630	85.905	60.967
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.268	4.650	4.576
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.268	4.650	4.576
2.01.02	Fornecedores	18.588	6.492	5.704
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	18.588	6.492	5.704
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	12.465	4.148	4.519
2.01.02.01.02	Cauções Contratuais	6.123	2.344	1.185
2.01.03	Obrigações Fiscais	14.055	18.818	19.053
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	11.891	16.998	17.369
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	9.750	15.245	15.681
2.01.03.01.02	PIS e COFINS	1.792	1.228	1.161
2.01.03.01.03	Tributos Federais Retidos	349	525	527
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	2.164	1.820	1.684
2.01.03.03.01	ISS	2.164	1.820	1.684
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	254.412	27.060	15.478
2.01.04.02	Debêntures	254.412	27.060	15.478
2.01.04.02.01	Debêntures não conversíveis em ações	254.412	27.060	15.478
2.01.05	Outras Obrigações	17.520	15.238	10.101
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	3.139	2.728	1.160
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	1.229	1.490	893
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	1.910	1.238	267
2.01.05.02	Outros	14.381	12.510	8.941
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	5.512	4.783	1.763
2.01.05.02.04	Credores pela Concessão	8.250	7.713	7.177
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	619	14	1
2.01.06	Provisões	41.787	13.647	6.055
2.01.06.02	Outras Provisões	41.787	13.647	6.055
2.01.06.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	41.787	13.647	6.055

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 31/12/2013</b>
2.02	Passivo Não Circulante	856.817	1.068.840	686.576
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	774.687	971.302	597.871
2.02.01.02	Debêntures	774.687	971.302	597.871
2.02.01.02.01	Debêntures não Conversíveis em Ações	774.687	971.302	597.871
2.02.02	Outras Obrigações	21.997	26.199	30.710
2.02.02.02	Outros	21.997	26.199	30.710
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	21.997	25.738	30.189
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	0	461	521
2.02.04	Provisões	60.133	71.339	57.995
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.412	2.078	2.298
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	1.283	857	813
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.129	1.221	1.485
2.02.04.02	Outras Provisões	57.721	69.261	55.697
2.02.04.02.04	Provisão para Manutenção em Rodovias	56.640	68.523	55.003
2.02.04.02.05	Provisão para Investimento em Rodovias	1.081	738	694
2.03	Patrimônio Líquido	161.024	198.975	200.863
2.03.01	Capital Social Realizado	108.152	108.152	108.152
2.03.04	Reservas de Lucros	52.872	90.823	92.711
2.03.04.01	Reserva Legal	21.631	21.631	21.631
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	31.241	69.192	71.080

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	456.043	401.525	356.157
3.01.01	Receita de Serviços	456.043	401.525	356.157
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-209.446	-142.064	-115.243
3.02.01	Custos dos Serviços	-209.446	-142.064	-115.243
3.03	Resultado Bruto	246.597	259.461	240.914
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-25.594	-29.881	-20.811
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-25.633	-29.975	-21.068
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-23.337	-27.020	-19.031
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-2.152	-2.848	-1.918
3.04.02.03	Despesas Tributárias	-144	-107	-119
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	39	94	257
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	39	94	257
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	221.003	229.580	220.103
3.06	Resultado Financeiro	-36.759	-16.336	-14.409
3.06.01	Receitas Financeiras	124.602	69.690	34.788
3.06.01.01	Receitas Financeiras	124.602	69.690	34.788
3.06.02	Despesas Financeiras	-161.361	-86.026	-49.197
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-161.361	-86.026	-49.197
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	184.244	213.244	205.694
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-59.112	-70.368	-66.911
3.08.01	Corrente	-66.035	-75.721	-71.573
3.08.02	Diferido	6.923	5.353	4.662
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	125.132	142.876	138.783
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	125.132	142.876	138.783
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,02875	0,03283	0,03212

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	125.132	142.876	138.783
4.03	Resultado Abrangente do Período	125.132	142.876	138.783



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	261.821	222.740	186.265
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	125.778	82.385	48.605
6.01.01.01	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-6.923	-5.353	-4.662
6.01.01.02	Depreciação e amortização	28.190	17.866	17.204
6.01.01.03	Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	-475	4	35
6.01.01.04	Variação monetária e juros s/ credores da concessão	4.207	3.034	3.665
6.01.01.05	Receitas c/ juros s/ empréstimos partes relacionadas	-76.395	-37.051	-26.452
6.01.01.06	Receitas c/ juros s/ aplicações vinculadas	-19	0	-1.026
6.01.01.07	Juros sobre empréstimos e financiamentos	0	0	101
6.01.01.08	Juros s/ debêntures	142.737	76.252	37.937
6.01.01.09	Resultado financeiro s/ ajuste a valor presente	8.247	4.338	2.681
6.01.01.10	Provisão p/ riscos cíveis e trabalhistas	513	49	1.240
6.01.01.11	Provisão para manutenção em rodovias	25.696	23.212	17.853
6.01.01.12	Outros	0	34	29
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	10.911	-2.521	-1.123
6.01.02.01	Estoques	0	122	-120
6.01.02.02	Contas à receber	-390	-899	-3.931
6.01.02.03	Impostos à recuperar	2.602	4.217	3.521
6.01.02.04	Despesas antecipadas	73	-182	-73
6.01.02.05	Depósitos judiciais	307	-19	219
6.01.02.06	Outros créditos	0	-64	-29
6.01.02.07	Fornecedores	10.924	-6.041	-44
6.01.02.08	Fornecedores - partes relacionadas	1.566	1.568	226
6.01.02.09	Cauções contratuais de fornecedores	-6.247	341	17
6.01.02.10	Obrigações sociais	-1.382	74	382
6.01.02.11	Obrigações fiscais	54.437	44.273	63.891
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	-60.744	-45.722	-63.971
6.01.02.13	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	-179	-271	-779
6.01.02.14	Outras contas a pagar	9.925	13	-27

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
6.01.02.15	Credores pela concessão	19	69	-405
6.01.03	Outros	125.132	142.876	138.783
6.01.03.01	Lucro líquido do período	125.132	142.876	138.783
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-106.431	-45.204	-6.661
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-348	-192	-545
6.02.02	Adições ao intangível	-106.083	-44.970	-14.279
6.02.03	Aplicações financeiras vinculadas	0	-42	-61.940
6.02.04	Resgate s/ aplicações financeiras vinculadas	0	0	70.103
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-591.288	161.215	62.883
6.03.02	Pagamento de principal de empréstimos	0	0	-2.644
6.03.03	Pagamento de juros de empréstimos	0	0	-110
6.03.04	Captações de debêntures	0	375.000	598.054
6.03.05	Pagamento de principal de debêntures	0	0	-374.809
6.03.06	Pagamento de juros de debêntures	-123.048	-66.239	-23.681
6.03.07	Pagamento de dividendos	-152.791	-136.680	-119.963
6.03.08	Pagamento de juros s/ capital próprio	-8.019	-3.850	-7.410
6.03.09	Pagamento de credores pela concessão	-7.430	-7.016	-6.554
6.03.10	Empréstimos a partes relacionadas	-300.000	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-435.898	338.751	242.487
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	613.145	274.394	31.907
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	177.247	613.145	274.394

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	90.823	0	0	198.975
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	90.823	0	0	198.975
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-37.951	-125.132	0	-163.083
5.04.06	Dividendos	0	0	-69.192	-83.599	0	-152.791
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-10.292	0	-10.292
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	31.241	-31.241	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	125.132	0	125.132
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	125.132	0	125.132
5.07	Saldos Finais	108.152	0	52.872	0	0	161.024

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	92.711	0	0	200.863
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	92.711	0	0	200.863
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-1.888	-142.876	0	-144.764
5.04.06	Dividendos	0	0	-71.080	-65.600	0	-136.680
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.084	0	-8.084
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	69.192	-69.192	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	142.876	0	142.876
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	142.876	0	142.876
5.07	Saldos Finais	108.152	0	90.823	0	0	198.975

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	108.152	0	82.550	0	0	190.702
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	108.152	0	82.550	0	0	190.702
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	10.161	-138.783	0	-128.622
5.04.06	Dividendos	0	0	-60.919	-59.044	0	-119.963
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.659	0	-8.659
5.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	0	71.080	-71.080	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	138.783	0	138.783
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	138.783	0	138.783
5.07	Saldos Finais	108.152	0	92.711	0	0	200.863

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
7.01	Receitas	490.450	435.568	388.583
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	388.621	385.596	367.927
7.01.02	Outras Receitas	101.829	49.972	20.656
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	96.271	44.800	16.213
7.01.02.02	Receitas Acessórias	5.558	5.172	4.443
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-174.399	-119.956	-91.848
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-19.845	-30.176	-27.309
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-14.399	-2.418	-2.134
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-397	94	255
7.02.04	Outros	-139.758	-87.456	-62.660
7.02.04.01	Custos dos Serviços de Construção	-96.271	-44.800	-16.213
7.02.04.02	Custo da Concessão	-11.409	-10.059	-13.360
7.02.04.03	Custo de provisão de manutenção em rodovias	-32.078	-32.597	-33.087
7.03	Valor Adicionado Bruto	316.051	315.612	296.735
7.04	Retenções	-28.190	-17.866	-17.204
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-28.190	-17.866	-17.204
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	287.861	297.746	279.531
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	125.969	69.690	34.788
7.06.02	Receitas Financeiras	124.602	69.690	34.788
7.06.03	Outros	1.367	0	0
7.06.03.01	Juros Capitalizados	1.267	0	0
7.06.03.02	Outros	100	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	413.830	367.436	314.319
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	413.830	367.436	314.319
7.08.01	Pessoal	30.328	29.770	24.369
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.076	21.754	17.772
7.08.01.02	Benefícios	6.579	6.115	5.154
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.673	1.901	1.443
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	102.675	109.637	104.035

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013</b>
7.08.02.01	Federais	82.865	89.991	85.324
7.08.02.02	Estaduais	107	52	50
7.08.02.03	Municipais	19.703	19.594	18.661
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	155.695	85.153	47.132
7.08.03.01	Juros	145.557	78.640	42.854
7.08.03.02	Aluguéis	1.891	2.175	1.598
7.08.03.03	Outras	8.247	4.338	2.680
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	125.132	142.876	138.783
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	10.292	8.084	8.659
7.08.04.02	Dividendos	83.599	71.080	59.044
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	31.241	63.712	71.080

## Relatório de Administração



### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A.

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Companhia” ou “Intervias”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

#### CONTEXTO DO NEGÓCIO E ATIVIDADE

A Companhia iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000 com o objetivo exclusivo de explorar, sob o regime de concessão, o sistema constituído pela Malha Rodoviária de Ligação entre Itapira, Mogi Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira, São Carlos, Cordeirópolis e Santa Rita do Passa Quatro, com extensão de 375,7 km de rodovias, compreendendo a execução, gestão e fiscalização de serviços delegados, que correspondem às funções operacionais de conservação e de ampliação, os serviços complementares, que correspondem às funções necessárias para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário e de apoio aos serviços não delegados, ou seja, aqueles de competência exclusiva do Poder Público.

O prazo de concessão é de 20 anos, contados da data de recebimento do controle do sistema rodoviário existente. Através do Termo Aditivo e Modificativo nº. 14/06, datado de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), o reequilíbrio da adequação econômico-financeiro do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido através da prorrogação do prazo da concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Diante disso, o período de exploração da concessão foi prorrogado para 16 de janeiro de 2028. Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito a indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos 5 anos do prazo de concessão.

A economia da região é baseada na atividade agroindustrial, sendo a região a principal na produção de açúcar e álcool no Brasil.

Atualmente, a Companhia opera nove praças de pedágio localizadas ao longo da malha viária sob sua concessão com as seguintes características:



## Relatório de Intervista



Nome Praça	Localização	Tarifa (R\$)
Pirassununga	SP 330 / km 215	6,60
Leme	SP 330 / km 181+760	6,60
Rio Claro	SP 191 / km 59	2,80
Araras	SP 191 / km 27+500	5,20
Engenheiro Coelho	SP 147 / km 91+300	4,90
Mogi Mirim	SP 147 / km 52	6,60
Iracemápolis	SP 147 / km 127,200	5,10
Sta Cruz das Palmeiras	SP 215 / km 65,550	5,10
Descalvado	SP 215 / km 104,400	5,30

### TERMO ADITIVO MODIFICATIVO

Em 05 de janeiro de 2012, foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo o Termo Aditivo Modificativo (“TAM”) ao Contrato de Concessão entre a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“Poder Concedente”) e a Companhia. Referido TAM tem como objeto a alteração (i) do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Contrato de Concessão, do Índice Geral de Preço de Mercado (“IGP-M”) para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”); e (ii) do procedimento e forma de revisão contratual para verificação da existência de desequilíbrio econômico-financeiro e sua recomposição, decorrentes da utilização do novo índice de reajuste tarifário. Diante disso, será caracterizada a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão a favor da Concessionária ou a favor do Poder Concedente, caso se verifique diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobradas pela Concessionária, e o montante que teria sido recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGP-M.

O desequilíbrio será apurado no mês de julho de cada ano, considerando o mesmo período do reajuste contratual das tarifas de pedágio (desequilíbrio anual). O reequilíbrio será realizado a cada dois anos (reequilíbrio bienal), mas a periodicidade poderá ser reavaliada de comum acordo pelas partes a partir do 5º (quinto) ano.

Essa modificação foi aprovada pelo Secretário Estadual de Logística e Transportes em 28 de junho de 2012 e será aplicável ao reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 01 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários.

## Relatório de Intervenções



O Conselho Diretor deliberou, ainda, sobre as medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão nos seguintes termos: (i) utilização de 50% do valor de ônus variável; (ii) implementação de cobrança de eixos suspensos dos caminhões; (iii) utilização de créditos em favor do Estado de adequações de cronograma decorrentes de atrasos e postergações de obras e (iv) utilização do ônus fixo devido ao Estado.

Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente. Na data base de 31 de dezembro de 2013, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

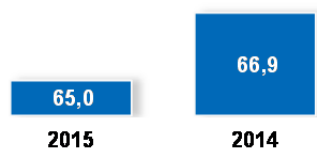
#### Tráfego

O tráfego pedagiado totalizou 65,0 milhões de veículos equivalentes em 2015, 2,8% inferior quando comparado ao exercício anterior. Além dos fatores históricos que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas, a desaceleração da atividade econômica brasileira, queda de consumo, de renda e de produção industrial e aumento na taxa de desemprego, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias, contribuíram para a significativa queda.

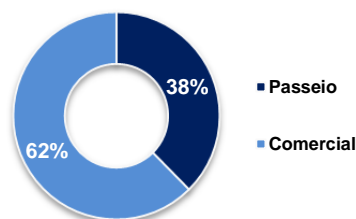
A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2015 foi de 62% de veículos pesados e 38% de veículos leves.

#### Tráfego Pedagiado

Veículos Equivalentes  
(milhões)



#### Composição do Tráfego 2015



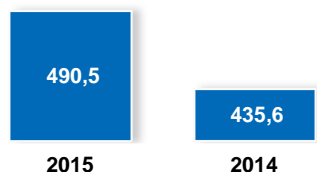
#### Receita

A receita bruta da Companhia, composta por receita de pedágio, receita de obras e outras receitas acessórias, totalizou R\$ 490,5 milhões em 2015, com crescimento de 12,6% em relação aos R\$ 435,6 milhões registrados em 2014.

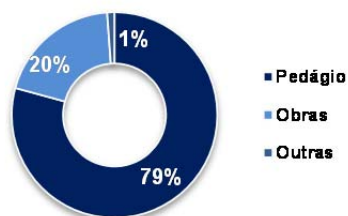
## Relatório de Investimentos



**Receita Bruta**  
(R\$ milhões)



**Composição da Receita Bruta**  
Ano 2015



A receita de pedágio cresceu 0,8%, passando de R\$ 385,6 milhões em 2014 para R\$ 388,6 milhões em 2015. A principal razão que levou ao aumento foi o reajuste das tarifas básicas praticadas em 4,11% à partir de 01/07/2015, com base na evolução do IGPM entre os meses de junho de 2014 e maio de 2015, levado em consideração, além da previsão contratual, o Termo Aditivo e Modificativo (“TAM”) nº 11/2011, bem como o Termo de Retirratificação ao sobredito TAM, formalizado em 25/06/2015.

Já a receita de obras provenientes da realização de investimentos no intangível, registrou um acréscimo de R\$ 51,5 milhões, passando de R\$ 44,8 milhões em 2014 para R\$ 96,3 milhões em 2015, tendo como principais destaques: (i) a duplicação da SP147 (trecho do km 64 ao 85), (ii) a duplicação do contorno de Mogi Mirim (1ª fase) e (iii) os dispositivos de acesso/retorno e OAES incluídas neste trecho.

As receitas acessórias, oriundas da exploração da faixa de domínio, totalizaram R\$ 5,6 milhões (7,7% maior) em 2015.

No ano de 2015, a Companhia obteve uma receita líquida de R\$ 456,0 milhões, R\$ 54,5 milhões superior ao ano de 2014.

## Relatório de Intervias



### Custos e Despesas (excl. depreciação e amortização)

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Custos dos serviços de construção	(96,3)	(44,8)	114,9%
Serviços de terceiros	(9,2)	(6,9)	32,8%
Pessoal	(32,8)	(31,4)	4,5%
Provisão para manutenção de rodovias	(32,1)	(32,6)	-1,6%
Conservação	(13,7)	(13,0)	4,7%
Custos com o poder concedente	(7,2)	(7,0)	2,5%
Seguros e garantias	(1,9)	(1,9)	5,0%
Remuneração da Administração	(2,2)	(2,8)	-24,4%
Consumo	(5,3)	(4,5)	17,5%
Outros	(6,2)	(9,0)	-31,5%
<b>Custos e despesas</b>	<b>(206,9)</b>	<b>(154,1)</b>	<b>34,3%</b>

Os custos e despesas (excluindo depreciações e amortizações) aumentaram 34,3% em 2015 em comparação ao exercício de 2014. A variação de R\$ 52,8 milhões é justificada pelos seguintes fatores:

- Acréscimo de R\$41,5 milhões com os “Custos de Serviços de Construção” devido à realização da duplicação da SP 147 (trecho do Km 64 ao 85), a duplicação do contorno de Mogi Mirim (1ª fase) e os dispositivos de acesso/retorno e OAE´s incluídas neste trecho;
- Aumento em serviços de terceiros no montante de R\$ 2,3 milhões devido à externalização dos serviços APH, anteriormente à esse processo os serviços eram executados por pessoal próprio;
- Aumento de R\$1,4 milhão em despesas com pessoal deve-se ao reajuste do dissídio coletivo da categoria em 7% e aumento referente ao rateio das despesas corporativas, compensados com a variação negativa decorrente da externalização dos serviços de APH;
- Acréscimo em R\$0,8 milhão na conta de tendo como impacto principal, o reajuste da tarifa de energia elétrica;
- Redução de R\$2,8 milhão em outros deve-se principalmente ao pagamento de indenizações à terceiros realizados a menor no ano de 2015;
- Redução de R\$ 0,6 milhão em remuneração da administração tendo como destaque a inclusão do rateio das despesas do Diretor Presidente das concessionárias estaduais no ano de 2015. No ano de 2014 as despesas do Diretor Presidente eram consideradas 100% na Intervias.

## Relatório de Investimentos



### EBITDA e EBITDA Ajustado

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Receita líquida	456,0	401,5	13,6%
(-) Custos e despesas (excl. deprec. e amortização)	(206,9)	(154,1)	34,3%
<b>EBITDA</b>	<b>249,2</b>	<b>247,4</b>	<b>0,7%</b>
(+) Provisão para manutenção de rodovias	32,1	32,6	-1,6%
<b>EBITDA Ajustado</b>	<b>281,3</b>	<b>280,0</b>	<b>0,4%</b>

EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

A Companhia entende que a melhor demonstração da geração de caixa das atividades operacionais, compreendidas pela cobrança de pedágio e operação dos principais serviços nas rodovias, é o EBITDA Ajustado, que corresponde ao EBITDA adicionando-se o montante de Provisão para Manutenção de Rodovias, cujo efeito caixa ocorrerá somente em exercício fiscal futuro.

O EBITDA Ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovias advindas da adoção do ICPC-01, encerrou o ano de 2015 em R\$281,3 milhões, com um aumento de 0,4% em relação ao ano anterior, justificado pelo incremento da receita pedagiada.

### Resultado Financeiro

R\$ milhões	2015	2014	Var.
Receitas Financeiras	124,6	69,7	78,8%
Despesas Financeiras	(161,4)	(86,0)	87,6%
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>(36,8)</b>	<b>(16,3)</b>	<b>125,0%</b>

O resultado financeiro líquido de 2015 foi negativo em R\$ 36,8 milhões, 125,0% maior quando comparado ao ano de 2014. Os principais fatores que contribuíram para esse aumento foram:

- As receitas financeiras apresentaram um aumento de 78,8%, que correspondeu a R\$54,9 milhões. Este aumento está diretamente relacionado ao aumento da taxa média do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) a qual são remuneradas as aplicações financeiras e os contratos de mútuos, além da emissão de novos contratos de mútuo/debêntures privada no decorrer do ano de 2015.
- As despesas financeiras sofreram aumento de R\$75,4 milhões (87,6%) em consequência da variação maior da taxa média do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), os quais são aplicados para a remuneração das

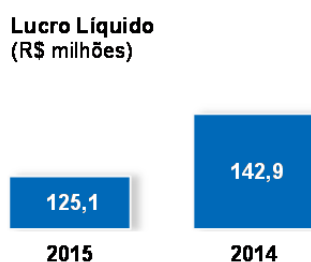
## Relatório de Investimentos



operações de debêntures, além da apropriação mensal dos juros referente à 4ª emissão de debêntures (1ª e 2ª séries) emitidas ao final do exercício de 2014.

### Lucro Líquido

A Companhia encerrou o exercício de 2015 com uma queda de R\$17,8 milhões em seu lucro líquido quando comparado aos R\$142,9 milhões do ano anterior. Este resultado se deu principalmente em função da queda das receitas e aumento dos custos e despesas operacionais e resultado financeiro líquido negativo.



### Endividamento

R\$ milhões	31/12/2015	31/12/2014	Var.
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.029,1</b>	<b>998,4</b>	<b>3,1%</b>
Curto Prazo	254,4	27,1	838,8%
Longo Prazo	774,7	971,3	-20,2%
Disponibilidades e aplicações financeiras <sup>1</sup>	(177,2)	(613,1)	-71,1%
<b>Dívida Líquida</b>	<b>851,9</b>	<b>385,3</b>	<b>121,1%</b>

<sup>1</sup> Curto e longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, o endividamento bruto totalizou R\$ 1.029,1 milhões, apresentando um aumento de R\$ 30,7 milhões (3,1%) em relação ao ano anterior.

O endividamento líquido (composto por dívida bruta menos caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e aplicações financeiras vinculadas), encerrou o ano de 2015 em R\$ 851,9 milhões, representando um aumento de 121,1% em relação ao ano de 2014, resultante principalmente da redução das disponibilidades de caixa. O grau de alavancagem, medido pela equação dívida líquida / EBITDA Ajustado – Ônus Fixo (últimos 12 meses) ficou em 3,1x. Ao final do exercício anterior esta relação era de 1,4x.

## Relatório de Administração



### DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

Durante o ano de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou os pagamentos de dividendos e de juros sobre capital próprio, abaixo representada:

Proventos em Dinheiro	Deliberado em	Pagamento em	Valor
Dividendos	27/03/2015	27/03/2015	R\$ 69,2 milhões
Dividendos	10/11/2015	18/12/2015	R\$ 83,6 milhões
Juros Sobre Capital Próprio	27/03/2015	27/03/2015	R\$ 4,8 milhões
Juros Sobre Capital Próprio	30/06/2015	18/12/2015	R\$ 3,2 milhões

### INVESTIMENTOS

Em 2015, a Intervias investiu R\$77,4 milhões em ativos imobilizados e intangíveis. Além disso, foram pagos R\$22,1 milhões em obras de manutenção e conservação das rodovias administradas pela Companhia. Os recursos foram aplicados principalmente nas seguintes obras:

- duplicação do contorno de Mogi Mirim (1ª fase) e os dispositivos de acesso/retorno e OAE's incluídas neste trecho;
- duplicação da SP 147 (trecho do KM 64 ao 85), incluindo dispositivos de acesso/retorno e OAE's;
- execução de faixas adicionais na SP 191, SP 215 e SP 330;
- 3ª intervenção programada de pavimento das rodovias SP 330;
- obras de recuperação de obras de arte;
- a implantação da sinalização (horizontal e vertical) e dos dispositivos de segurança;
- com sistemas de controle de tráfego e de arrecadação;
- execução de projetos executivos de obras futuras.

### RECURSOS HUMANOS

A seguir evolução do quadro de pessoal e índice de rotatividade.

	2015	2014
Empregados diretos	421	519
Rotatividade	3,58%	1,29%

No que concerne a diversidade, apresentamos um indicador com participação de 57,5% de mulheres, contra 42,5% de homens. A média de idade está concentrada em 35 anos. A base de formação educacional do efetivo de pessoal é o Ensino Médio Completo (antigo Segundo Grau), com 79 % dos empregados. Vale mencionar que 13% possuem superior completo.

Ao longo de 2015, a Companhia buscou capacitar seus profissionais com a realização de treinamentos. No total, tais atividades envolveram 16.184 horas de treinamento, o que corresponde, em média, a 38:44 horas de treinamento por profissional.

## Relatório de Interação



### RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

#### Responsabilidade Social e Ambiental - Sustentabilidade

A Arteris é uma empresa que prioriza desenvolver seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A companhia desenvolve diversos programas focados em promover segurança viária nas rodovias sob concessão, assim como promove projetos voltados para a educação para o trânsito, a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural das comunidades em que está inserida.

A Arteris possui ações em seis áreas:

#### Segurança

A meta da companhia é reduzir em 50% o número total de acidentes nas estradas sob controle do grupo no período 2011-2020, reproduzindo internamente a meta da ONU sobre o tema – Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito. Para o cumprimento deste objetivo, a companhia criou o GERAR – Grupo Estratégico para Redução de Acidentes, responsável por estabelecer estudos e planos de ação voltados para a preservação da vida no trânsito. Desde setembro de 2014 a empresa realiza o Mês da Segurança Arteris, iniciativa pioneira no setor de concessões rodoviárias voltada para conscientizar motoristas, colaboradores e a sociedade sobre a importância de uma atitude consciente no trânsito. Em 2015 a iniciativa conscientizou quase 1 milhão de pessoas e foi aberta com o 2º Fórum Arteris de Segurança, com a presença de representantes de agências reguladoras de transportes, Ministério da Saúde, órgãos de policiamento rodoviário, instituições de pesquisa e organizações não-governamentais.

#### Educação

A humanização do trânsito é prioridade da atuação da Arteris na área de educação. A companhia desenvolve o Projeto Escola, iniciativa com 15 anos que prepara professores para atividades com alunos da rede pública sobre segurança no trânsito. A iniciativa é reconhecida como uma boa prática pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). A mesma estratégia é aplicada para a preparação dos educadores sobre temas ambientais por meio do Viva Meio Ambiente.

Também são desenvolvidas ações específicas por meio do Passarela Viva (voltada para pedestres das comunidades lindeiras), Viva Ciclista e Viva Motociclista, de forma a conscientizar esses públicos sobre a importância de uma postura responsável no trânsito.

#### Saúde

O Programa “Saúde na Boleia” já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O objetivo da iniciativa é incentivar os cuidados



## Relatório de Interação



com a qualidade de vida entre os profissionais de transporte, dado que eles nem sempre possuem condições adequadas para realizar os cuidados com a saúde. O programa favorece uma abordagem preventiva, estimulando a realização de exames.

### **Meio Ambiente**

A sustentabilidade dos negócios é uma prioridade da companhia, influenciado a maneira como a Arteris realiza as obras de infraestrutura previstas nos contratos de concessão. A empresa desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas de educação ambiental em comunidades lindeiras. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual a Arteris e suas concessionárias acompanham a execução das ações nesta área. Além disso, a empresa faz controle e reciclagem do lixo e possui convênios com várias Universidades Estaduais e Federais no controle da fauna.

### **Apoio aos projetos de incentivo fiscal**

O apoio a projetos esportivos, culturais, sociais e de saúde relevantes para as regiões em que as concessionárias Arteris estão inseridas é uma prioridade da companhia. A atuação da empresa também é marcada pela promoção de parcerias com importantes instituições culturais para a realização de exposições de artistas de destaque no cenário internacional. Em 2014, a Arteris apoiou a vinda ao Brasil da exposição mais completa já vista no país do Salvador Dalí. Mais de 1,5 milhão de pessoas puderam apreciar obras do artista plástico espanhol no Rio de Janeiro e São Paulo. No ano de 2015 foi a vez de chegar ao país a exposição de Joan Miró em São Paulo e Florianópolis. Nessas oportunidades, a companhia promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar à exposição pessoas que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

### **Voluntariado**

O público interno da companhia, por meio do Programa Voluntários é estimulado a manter uma relação de proximidade com as comunidades em que estão inseridos. A empresa estimula os seus colaboradores a desenvolver uma atitude transformadora, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa. A iniciativa ajuda no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais e, ao mesmo tempo, agrega valor aos negócios, fortalecendo a imagem da Arteris.

### **AGRADECIMENTOS**

A Companhia gostaria de registrar seus agradecimentos aos usuários, investidores, órgãos governamentais, fornecedores, agentes financiadores e demais partes interessadas pelo apoio recebido, bem como à equipe de profissionais pelo empenho e dedicação dispensados.

## Relatório de Intervenções



### CONSIDERAÇÕES FINAIS

#### Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03 informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015 não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses.

#### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Intervias, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

#### Diretoria

*Linomar Barros Deroldo*

Diretor Presidente

*Luciano Louzane*

Diretor Superintendente

*Alessandro Scotoni Levy*

Diretor de Relações com Investidores

*Maria de Castro Michelin*

Diretora Jurídica

#### Conselho de Administração

*David Antonio Díaz Almazán*

Conselheiro

*Marta Casas Caba*

Conselheira

*Marcos Pinto Almeida*

Conselheiro

**Notas Explicativas**

***Concessionária de  
Rodovias do Interior  
Paulista S.A.***

Demonstrações Financeiras referentes ao  
exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e  
relatório dos Auditores Independentes sobre as  
Demonstrações Financeiras

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores  
Independentes

## Notas Explicativas

**Notas Explicativas** Rodovias do Interior Paulista S.A.CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS DO INTERIOR PAULISTA S.A. - INTERVIAS

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária de Rodovias do Interior Paulista - Intervias S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168 pista sul. Constituída em 28 de maio de 1999, sua controladora e “holding” é a Arteris S.A.. A Sociedade iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob regime de concessão, pelo prazo de 28 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pela Rodovia SP147 - Rodovia Engenheiro João Tosello; SP157 - Anel viário Prefeito Jamil Bacar; SPI 165/330 - Contorno Gilberto Silva Telles; SP191 - Rodovia Wilson Finardi; SP215 - Rodovia Doutor Paulo Lauro; SP330 - Rodovia Anhanguera e SP352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação; apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do Poder Público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Em 11 de novembro de 2015, a Arteris S.A., controladora da Sociedade, transferiu ações representativas a 49% do capital social da Sociedade para sua subsidiária Arteris Participações S.A. Não houve alteração no controle da Sociedade em decorrência desse evento.

A Sociedade é uma subsidiária “estrategicamente importante” para o seu acionista controlador Arteris S.A. A concessionária conta com uma qualidade de crédito que reflete a combinação da solidez econômica e a capacidade de gerar caixa para prover recursos suficientes, de modo que a mesma possa lidar com suas obrigações com terceiros e, ainda, continuar realizando os investimentos necessários, de acordo com os contratos de concessão assinados e distribuir dividendos para sua controladora.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2016.

## Notas Explicativas

INTERVIAS

### 2. CONCESSÕES

O contrato de concessão e exploração das rodovias é constituído pelos sistemas rodoviários mencionados na nota explicativa nº 1. Em decorrência desse contrato de concessão, a Sociedade reconheceu o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito da outorga e como contrapartida, o passivo na rubrica de “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nºs 9 e 13, respectivamente.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP (“ARTESP” ou “Poder Concedente”) o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o exercício de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028 (335 meses).

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, aprovou a inclusão no cronograma físico - financeiro do contrato de concessão, da obra item 02 06.01.50 - SP 147 – implantação de marginais e dispositivo de retorno no distrito industrial de Itapira – KM 46+250 – Leste/Oeste. O desequilíbrio econômico-financeiro decorrente da referida inclusão, apurado de acordo com a metodologia de fluxo de caixa marginal, foi de R\$1.053 mil, a favor da Sociedade, em valor presente líquido (VPL) base julho/1997. O prazo estimado de prorrogação contratual para a recomposição do desequilíbrio é de 2 (dois) meses e 15 (quinze) dias, passando o período de exploração da concessão a ser até 01 de abril de 2028.

Conforme estabelecido no contrato de concessão da Sociedade, as tarifas de pedágio eram reajustadas no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”), de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo - TAM em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entraram em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do secretário estadual de logística e transportes. Essa modificação foi aprovada pelo secretário estadual de logística e transportes em 28 de junho de 2012, e tornou-se vigente em 2013, a partir do reajuste de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013 foi publicada no Diário Oficial do Estado, deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. Em antecipação ao reequilíbrio do contrato de concessão o Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e

## Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013, com exceção aos pagamentos efetuados em novembro de 2013.

Excepcionalmente nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 1 de julho de 2013, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de 27 de julho de 2013, processo 015.147/2013 e protocolo 234.316/13.

Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro 2013 referente a outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, deliberação extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1 de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste de 4,67%. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do Governo do Estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Em 27 de junho de 2015 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Autorização da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2015 pelo índice IGP-M.

Na data base de 31 de dezembro de 2015, a ARTESP ainda não havia formalizado o Termo Aditivo e Modificativo – TAM, que prevê a sistemática de reequilíbrio do contrato de concessão para estas medidas.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito da concessão. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pela concessão.

A Sociedade assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Na SP 147- Rodovia Engenheiro João Tosello

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre os km 41,36 (em Itapira) e o km 54 (em Mogi Mirim) e entre o km 62,45 (em Mogi Mirim) e o km 106,32 (em Limeira).

Na SP 191- Rodovia Wilson Finardi

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 43,8 ao km 44,9 (Mogi Mirim/Araras) do km 45,6 ao km 46,9 (projeção Araras/Anhanguera), e do km 49,7 ao km 74,72 (Araras- Rio Claro).

**Notas Explicativas**

INTERVIAS

Na SP 352-Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17 (Itapira - Divisa com o Estado de Minas Gerais).

Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera -

- Contorno Rodoviário de Araras.

De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e 3ª readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foi construído um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras na SP 165/330, partindo do km 165,225 da SP 330 - Rodovia Anhanguera até o km 42,300 da SP 191 - Rodovia Wilson Finardi.

A Sociedade estima em 31 de dezembro de 2015, os montantes de R\$388.863 e (R\$454.661 em 31 de dezembro de 2014) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$194.890 (R\$187.983 em 31 de dezembro de 2014) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

Os valores referentes a 31 de dezembro de 2015 poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do exercício de concessão.

As estimativas de investimentos foram registradas mediante laudo contratado com peritos independentes e foram segregadas levando-se em consideração o que segue:

- (i) Investimentos que geram potencial de receita adicional - registrados somente quando a prestação de serviço de construção está relacionada diretamente com a ampliação ou melhoria da infraestrutura, gerando receita adicional àquela prevista originalmente.
- (ii) Investimentos que não geram potencial de receita adicional - registrados considerando a totalidade do contrato de concessão e apresentados a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 14.

A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o exercício de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse exercício, subsequente à devolução, não deverá ocorrer a necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

### 3. BASE PARA PREPARAÇÃO

#### Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários.

A Administração da Sociedade apresenta todas as informações relevantes das demonstrações financeiras individuais, e essas informações correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.



## Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

### Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

### Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras da Sociedade são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### Uso de estimativa e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizada na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Os julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade estão descritas a seguir:

### Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão.

### Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando, os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

## Notas Explicativas

INTERVIAS

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: foram estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 2.

### Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo, até 31 de dezembro de 2014, era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dá devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

### Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

### Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

## 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são:

## Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

### Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

#### Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 5), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 6), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

##### a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em exercício inferior a 90 dias.

##### b) Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário - CDB e cotas de fundos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro e/ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

##### c) Contas a receber

Apresentadas pelo valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

### Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o exercício de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 8, quando aplicável, limitadas ao prazo da concessão.

## Notas Explicativas

INTERVIAS

### Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período da concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que os ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

### Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se de concessão, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

## Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo do contrato.

### Instrumentos financeiros passivos

#### a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

#### b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

#### c) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº13.

A Sociedade ajusta a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado no passivo circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados na época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

### Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

#### a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

#### b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, conforme a nota explicativa nº 7.

## Notas Explicativas

INTERVIAS

### Arrendamento mercantil

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade são retidos pelo arrendador e são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do exercício durante o exercício do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

### Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 14.

### Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

**Provisão para investimentos:** decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujo benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das

## Notas Explicativas

obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

**Provisão para manutenção:** decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

**Credores da concessão:** decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.

**Notas Explicativas**

INTERVIAS

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

<u>Circulantes</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	43.055	14.161
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>41.787</u>	<u>13.647</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(1.268)</u>	<u>(514)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	8.457	7.903
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>8.250</u>	<u>7.713</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(207)</u>	<u>(190)</u>
 <u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimento em rodovias - real	1.189	863
Provisão para investimento em rodovias a valor presente	<u>1.081</u>	<u>738</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(108)</u>	<u>(125)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	63.884	79.905
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>56.640</u>	<u>68.523</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(7.244)</u>	<u>(11.382)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	24.928	29.867
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>21.997</u>	<u>25.738</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(2.931)</u>	<u>(4.129)</u>

(\*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 13.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecida no contrato de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.



## Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

### Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

### Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo, na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº 15.

### Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

### Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente Sociedade nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 11 – Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornecer as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 – Combinações de negócios.	(1)

**Notas Explicativas**

## INTERVIAS

Alterações a IAS 16 a IAS 38 – Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações a IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações a IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(1)
Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Vendas ou contribuição em ativos entre investidor e associada ou joint venture	As alterações lidam com situações em que ocorre uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.	(1)
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 entidades de investimento: aplicação da exceção para consolidação	As alterações esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas vale para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10.	(1)
Alterações à IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa	Fornece os esclarecimentos sobre a melhoria das informações apresentadas aos usuários das demonstrações financeiras sobre as atividades de financiamento.	(2)
Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o lucro	Fornece as alterações sobre o reconhecimento e mensuração de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais.	(2)
IFRS 15 – Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(3)
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Revisão em 2014 contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(3)
IFRS 16 – Arrendamento Mercantil	Estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores e substituirá o IAS 17 – Arrendamentos Mercantis, bem como interpretações correlatas.	(4)

(1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;

(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;

(3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;

(4) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019;

**Notas Explicativas** Rodovias do Interior Paulista S.A.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Adicionalmente, o pronunciamento e a interpretação emitidos pelo IASB, listado a seguir, entrou em vigor no presente exercício. Não há impactos dessa alteração, uma vez que não é aplicável a Sociedade.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos – contribuições dos empregados	Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado.
Alterações as IFRSs – Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2011-2013 (aplicáveis a partir de 1º de julho de 2014)	As alterações incluídas nas Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e ciclo 2011-2013 não tiveram impacto significativo sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	2.023	1.538
Aplicações financeiras (*)	175.224	611.607
Total	<u>177.247</u>	<u>613.145</u>

(\*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, com insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Certificados de Depósito Bancário – CDB	4.916	4.298
Fundos de investimentos	170.308	607.309
Total	<u>175.224</u>	<u>611.607</u>

**Notas Explicativas**

INTERVIAS

Representa valores aplicados em fundos exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 101,13% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, CDB's, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

**6. CONTAS A RECEBER**

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Pedágio eletrônico a receber (**)	22.231	22.015
Cupons de pedágio a receber	352	478
Cartões de pedágio a receber	<u>442</u>	<u>142</u>
Total	<u><u>23.025</u></u>	<u><u>22.635</u></u>

(\*\*) Conforme nota explicativa nº 22 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2015. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDO**

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Provisão de participação nos lucros	1.251	1.815
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (a)	2.412	2.078
Direito de concessão incorporado (b)	(15.833)	(17.143)
Provisão para manutenção	98.427	82.170
Ajuste dos encargos financeiros	(5.227)	(6.491)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças passivas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas	(23.314)	(23.314)
Amortização passiva dos ajustes - mudança de práticas contábeis	<u>1.760</u>	<u>-</u>
Base de cálculo	<u><u>59.476</u></u>	<u><u>39.115</u></u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u><u>20.222</u></u>	<u><u>13.299</u></u>

**Notas Explicativas** Rodovias do Interior Paulista S.A.

- (a) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em setembro de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Desta forma, passou a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração. Portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Ativo não circulante</u>	
2016	1.995
2017	1.644
2018	1.644
2019	1.644
Após 2020	13.295
	<u>20.222</u>

**Notas Explicativas**

INTERVIAS

**8. IMOBILIZADO**

A movimentação em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Móveis, Utensílios e Instalações	Veículos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>			
Saldo em 31.12.2013	3.611	84	3.695
Adições	362	-	362
Saldo em 31.12.2014	3.973	84	4.057
Adições	348	-	348
Transferências / Reclassificações	(64)	-	(64)
Alienações/baixas	(58)	(84)	(142)
Saldo em 31.12.2015	4.199	-	4.199
<u>Depreciação acumulada</u>			
Saldo em 31.12.2013	(2.479)	(29)	(2.508)
Depreciações	(320)	(17)	(337)
Saldo em 31.12.2014	(2.799)	(46)	(2.845)
Depreciações	(394)	(2)	(396)
Transferências / Reclassificações	61	-	61
Alienações/baixas	66	54	120
Saldo em 31.12.2015	(3.066)	6	(3.060)
<u>Imobilizado líquido</u>			
Saldo em 31.12.2014	1.174	38	1.212
Saldo em 31.12.2015	1.133	6	1.139
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	

## Notas Explicativas

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

## 9. INTANGÍVEL

A movimentação em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2013	619.782	28.434	60.152	2.303	1.962	712.633
Adições	24.282	-	-	442	20.076	44.800
Transferências / Reclassificações	1.973	-	-	-	(1.973)	-
Alienações/baixas	(108)	-	-	(1)	-	(109)
Saldo em 31.12.2014	645.929	28.434	60.152	2.744	20.065	757.324
Adições	40.812	-	-	128	55.331	96.271
Transferências / Reclassificações	12.609	-	-	-	(12.601)	8
Alienações/baixas	(2.308)	-	-	(1)	-	(2.309)
Saldo em 31.12.2015	697.042	28.434	60.152	2.871	62.795	851.294
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2013	(336.548)	(14.648)	(31.563)	(661)	-	(383.420)
Amortizações	(15.563)	(716)	(1.217)	(33)	-	(17.529)
Transferências / Reclassificações	-	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	105	-	-	-	-	105
Saldo em 31.12.2014	(352.006)	(15.364)	(32.780)	(694)	-	(400.844)
Amortizações	(24.303)	(1.223)	(2.105)	(163)	-	(27.794)
Transferências / Reclassificações	(5)	-	-	-	-	(5)
Alienações/baixas	2.497	309	-	-	-	2.806
Saldo em 31.12.2015	(373.817)	(16.278)	(34.885)	(857)	-	(425.837)
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2014	293.923	13.070	27.372	2.050	20.065	356.480
Saldo em 31.12.2015	323.225	12.156	25.267	2.014	62.795	425.457
Taxas de amortização - a.a.	3,91%	3,91%	3,91%	3,91%	3,91%	3,91%

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo

## Notas Explicativas

### INTERVIAS

amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 13.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, que detinha participação no capital social da Intervias. Esse valor está sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.



**Notas Explicativas** Rodovias do Interior Paulista S.A.**10. DEBÊNTURES**

Os saldos estão representados por:

	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimento final	31.12.2015		31.12.2014	
				Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
3ª emissão (a)	60.000	CDI + 1,09% a.a.	setembro/2018	220.909	402.000	19.128	600.000
4ª emissão 1ª série (b)	15.000	CDI + 1,10% a.a.	outubro/2019	4.586	150.000	3.811	150.000
4ª emissão 2ª série (b)	22.500	IPCA + 5,96% a.a.	outubro/2019	30.301	225.000	5.545	225.000
	<u>97.500</u>			<u>255.796</u>	<u>777.000</u>	<u>28.484</u>	<u>975.000</u>
Custo de transação				(1.384)	(2.313)	(1.424)	(3.698)
Total				<u>254.412</u>	<u>774.687</u>	<u>27.060</u>	<u>971.302</u>

(a) 3ª emissão de debêntures emitidas em 25 de setembro de 2013 com valor real unitário em 31 de dezembro de 2015 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

(b) 4ª emissão de debêntures com emissão do contrato em 15 de outubro de 2014 com valor nominal unitário em 31 de dezembro de 2015 de R\$10 (dez mil reais) cada uma.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Data integralização	Valor subscrito
3ª emissão (a)	25.09.2013	600.000	07.10.2013	601.805
4ª emissão 1ª série (b)	15.10.2014	150.000	05.11.2014	151.025
4ª emissão 2ª série (b)	15.10.2014	225.000	05.11.2014	226.615
		<u>975.000</u>		<u>979.445</u>

A remuneração das debêntures da 3ª emissão é paga semestralmente todo dia 25 dos meses de março e setembro desde 2014 e será amortizada em 3 parcelas anuais, a partir de 25 de setembro de 2016.

A remuneração das debêntures da 1ª série da 4ª emissão é paga semestralmente, todo dia 15 dos meses de abril e outubro desde 2015, e o seu valor nominal será amortizado em 3 parcelas anuais a partir de 15 de outubro de 2017.

A remuneração das debêntures da 2ª série da 4ª emissão é paga anualmente, todo dia 15 de outubro desde 2015, e o seu valor nominal será amortizado em parcela única em 15 de outubro de 2019.

**Notas Explicativas**

INTERVIAS

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxo de caixa de financiamento, pois essas debêntures foram captadas e repassadas para a controladora, através de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	246.868
2018	253.226
2019	274.593
	<u>774.687</u>

As debêntures da 3ª e 4ª emissão contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamento de debêntures”, arquivado na CVM.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não apresentava desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

**Notas Explicativas** Rodovias do Interior Paulista S.A.**11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e as transações realizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Ativo circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	48.256	31.493
Total	<u>48.256</u>	<u>31.493</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Empréstimo:		
Mútuos - Arteris S.A. (e)	403.239	311.745
Debêntures:		
Mútuos - Arteris S.A. (d)	256.679	-
Total	<u>659.918</u>	<u>311.745</u>
<u>Passivo circulante</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Contas a pagar:		
Arteris S.A. (b)	1.588	1.114
Autovias S.A. (a)	159	75
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (c )	981	948
Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (c )	248	542
Vianorte S.A. (a)	163	49
Total	<u>3.139</u>	<u>2.728</u>
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A.	4.679	4.783
Arteris Participações S.A.	833	-
Total	<u>5.512</u>	<u>4.783</u>

## Notas Explicativas

## INTERVIAS

Contas de Resultado:	31.12.2015			31.12.2014		
	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d) (e)	Despesas gerais (a) (b)	Conservação da rodovia (c)	Receitas financeiras (d) (e)	Despesas gerais (a) (b)
Arteris S.A.	-	76.396	11.051	-	37.051	9.323
Latina Manutenção de Rodovias	18.654	-	-	12.578	-	-
Latina Sinalização de Rodovias	4.507	-	-	3.263	-	-
Total	23.161	76.396	11.051	15.841	37.051	9.323

- (a) Referem-se a despesas administrativas das concessionárias pagas pela Sociedade, que serão reembolsadas.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Arteris controladora da Sociedade adotou em abril de 2014 um novo critério de rateio de custos da Holding. Este critério ajusta os percentuais rateados e é distribuído baseando-se na receita das empresas do Grupo.
- (c) Referem-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação inicial da malha rodoviária concedida para a Sociedade.
- (d) Decorrentes da 4ª emissão de debêntures, de série única e não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado com a Arteris S.A. para suprir a necessidade de capital de giro da controladora. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do DI (Depósito Interfinanceiro) acrescentado do spread de 2,0% ao ano, com vencimento do principal e juros da 4ª emissão em 25 de setembro de 2017.

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.12.2015	31.12.2014
25.06.2015	junho/2017	CDI + 2,0% a.a.	240.000	16.679	-
			240.000	16.679	-

**Notas Explicativas** Rodovias do Interior Paulista S.A.

- (e) Decorrentes de contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2016 e do principal a partir de dezembro de 2017, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	Valor do principal	Juros	
				31.12.2015	31.12.2014
20.08.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	40.000	39.438	30.831
18.09.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	97.000	93.836	73.161
04.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	8.000	7.344	5.682
17.12.2008	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	52.000	47.325	36.564
19.02.2015	dezembro/2017	CDI + 1,037% a.a.	60.000	6.551	-
			<u>257.000</u>	<u>194.494</u>	<u>146.238</u>

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade reconheceu os montantes de R\$2.152 (R\$2.848 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014), a título de remuneração de seus administradores. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$1.251 e R\$1.815.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o exercício que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas

**Notas Explicativas**

INTERVIAS

estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

**12. OBRIGAÇÕES FISCAIS**

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Imposto de renda	5.456	10.175
Contribuição social	4.295	5.070
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	36	334
Programa de integração social - PIS	298	219
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.494	1.009
Tributos federais retidos	312	191
Impostos sobre serviços - ISS	<u>2.164</u>	<u>1.820</u>
Total	<u><u>14.055</u></u>	<u><u>18.818</u></u>

**13. CREDOR PELA CONCESSÃO**

Referem-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão será liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em fevereiro de 2000. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em (*)</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Circulante				
Direito de outorga	7.626	7.108	7.833	7.298
Parcela variável (a)(b)	<u>624</u>	<u>605</u>	<u>624</u>	<u>605</u>
Total	<u><u>8.250</u></u>	<u><u>7.713</u></u>	<u><u>8.457</u></u>	<u><u>7.903</u></u>
Não circulante				
Direito de outorga	<u>21.997</u>	<u>25.738</u>	<u>24.928</u>	<u>29.867</u>
Total	<u><u>21.997</u></u>	<u><u>25.738</u></u>	<u><u>24.928</u></u>	<u><u>29.867</u></u>

(\*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a

**Notas Explicativas** Rodovias do Interior Paulista S.A.

autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as Receitas da Concessionária).

- (b) Valor variável correspondente a 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2015 está assim representada:

	<u>Parcelas</u>		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Quantidade de parcelas	12	37	49

O valor pago pela Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ao Poder Concedente foi de R\$14.611 (R\$7.430 de parcela fixa e R\$7.181 de parcela variável).

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao valor presente classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	5.387
2018	5.387
2019	5.387
Após 2020	5.836
	<u>21.997</u>

**14. PROVISÕES****Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais**

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

**Notas Explicativas**

## INTERVIAS

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2015</u>
Cíveis	1.221	6	(10)	(88)	1.129
Trabalhistas	857	517	-	(91)	1.283
Total	<u>2.078</u>	<u>523</u>	<u>(10)</u>	<u>(179)</u>	<u>2.412</u>

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>31.12.2014</u>
Cíveis	1.485	235	(259)	(240)	1.221
Trabalhistas	813	319	(244)	(31)	857
Total	<u>2.298</u>	<u>554</u>	<u>(503)</u>	<u>(271)</u>	<u>2.078</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas e outros ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões para riscos cíveis e trabalhistas. Tais processos representam os montantes de R\$1.083, R\$495 e R\$57, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2015 (R\$1.009, R\$1.045 e R\$49, respectivamente, em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais classificados no ativo não circulante no montante de R\$202 (R\$123 em 31 de dezembro de 2014) referem-se a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.



**Notas Explicativas** Rodovias do Interior Paulista S.A.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

	Circulante	Não circulante	
	Manutenção em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia
Saldos em 31.12.2013	6.055	55.003	694
Adições	-	23.212	
Utilizações	(6.394)	-	-
Ajuste a valor presente	-	4.294	44
Transferências	13.986	(13.986)	-
Saldos em 31.12.2014	13.647	68.523	738
Adições	-	25.696	293
Utilizações	(17.635)	-	-
Ajuste a valor presente	-	8.196	50
Transferências	45.775	(45.775)	-
Saldo em 31.12.2015	41.787	56.640	1.081

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, referentes às manutenções realizadas, foram de R\$22.143 (R\$16.141 em 31 de dezembro de 2014).

**15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

- a) O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é de R\$108.710, integralizado pelo valor de R\$108.152. As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2015 estão demonstradas a seguir:

Conforme informado na nota explicativa nº 1, em 11 de novembro de 2015, a Arteris S.A., controladora da Sociedade, transferiu 2.132.619 ações ordinárias de sua titularidade, representativas a 49% do capital social da Sociedade, para sua subsidiária Arteris Participações S.A.

As ações ordinárias sem valor nominal em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão demonstradas a seguir:

	31.12.2015		
	Quantidade de ações subscritas	Quantidade de ações integralizadas	Participação - %
Arteris S.A.	2.219.666	2.203.723	51%
Arteris Participações S.A.	2.132.619	2.117.302	49%
Total	4.352.285	4.321.025	100%

**Notas Explicativas**

INTERVIAS

	<u>31.12.2014</u>		
	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Quantidade de ações integralizadas</u>	<u>Participação - %</u>
Arteris S.A.	4.352.285	4.321.025	100%

## b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2015 foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$69.192, pagos em 27 de março de 2015 como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Em 10 de novembro de 2015 a Sociedade efetuou antecipação de dividendos referente ao período findo em 30 de setembro de 2015 no montante de R\$83.599, mediante a utilização dos saldos da conta de reservas de lucros.

Os cálculos dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 estão demonstrados a seguir:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro líquido do exercício	125.132	142.876
Base de cálculo	125.132	142.876
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	<u>31.283</u>	<u>35.719</u>
Dividendos antecipados	(83.599)	(65.600)
Juros sobre capital próprio	(10.292)	(8.084)
Dividendos adicionais propostos	(31.241)	(69.192)
	<u>(125.132)</u>	<u>(142.876)</u>

Juros Sobre Capital Próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do período ou 50% do saldo de

**Notas Explicativas** Rodovias do Interior Paulista S.A.

lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio período, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade propôs a distribuição de lucros antecipados na forma de juros sobre capital próprio no montante de R\$10.292, líquido de R\$1.544, referente ao imposto de renda retido na fonte. Deste montante R\$3.236 foram pagos aos acionistas em 18 de dezembro de 2015 e R\$5.512 esta previsto para o decorrer de 2016.

**16. RECEITAS**

Estão representadas por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita de serviços prestados	388.621	385.596
Receita de serviços de construção	96.271	44.800
Outras receitas	5.558	5.172
	<u>490.450</u>	<u>435.568</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita bruta	490.450	435.568
ISSQN	(19.703)	(19.488)
PIS	(2.619)	(2.592)
COFINS	(12.085)	(11.963)
Receita líquida	<u>456.043</u>	<u>401.525</u>

**Notas Explicativas**

INTERVIAS

**17. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA**

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(12.907)	(12.361)
Serviços de terceiros	(3.765)	(6.197)
Manutenção de bens e conservação	(524)	(472)
Depreciação / Amortização	(321)	(337)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(513)	(49)
Seguros/Garantias	4	(1.768)
Consumo	(2.912)	(2.592)
Transportes	(598)	(379)
Outros	(1.801)	(2.865)
Total	<u>(23.337)</u>	<u>(27.020)</u>

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Custos:		
Custos de serviços da construção	(96.271)	(44.800)
Com pessoal	(19.908)	(19.046)
Serviços de terceiros	(4.378)	(1.211)
Conservação	(11.104)	(11.450)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis	(2.031)	(1.883)
Consumo	(2.428)	(2.224)
Transportes	(3.803)	(3.528)
Seguros / Garantias	(1.948)	(83)
Custos com poder concedente	(7.200)	(7.025)
Provisão de manutenção em rodovias	(32.078)	(32.597)
Depreciação / Amortização	(27.869)	(17.529)
Outros	(428)	(688)
Total	<u>(209.446)</u>	<u>(142.064)</u>

**Notas Explicativas** Rodovias do Interior Paulista S.A.**18. RESULTADO FINANCEIRO**

Estão representados por:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	76.396	37.051
Aplicações financeiras	48.206	32.622
Outras receitas	-	17
Total	<u>124.602</u>	<u>69.690</u>
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(144.250)	(77.744)
Atualização monetária do ônus da concessão	(4.207)	(3.034)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(8.247)	(4.338)
Outras despesas	(4.657)	(910)
Total	<u>(161.361)</u>	<u>(86.026)</u>

**19. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**

## a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

## b) Informações suplementares

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	23.667	5.026
Juros sobre capital próprio proposto e não pago	5.512	4.783
Juros capitalizados	1.268	-
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de caixa em investimentos que envolvem adições no exercício:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício	(34.746)	(6.014)

**Notas Explicativas**

INTERVIAS

**20. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes ao exercício findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 é como segue:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	184.244	213.244
Alíquota vigente combinada	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(62.643)	(72.503)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Juros sobre o capital próprio	3.499	2.748
Outros ajustes	32	(613)
Despesa contabilizada	<u>(59.112)</u>	<u>(70.368)</u>
Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(66.035)	(75.721)
Diferido	6.923	5.353
	<u>(59.112)</u>	<u>(70.368)</u>

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória - MP 627 transformada em lei nº. 12.937 em 13 de maio de 2014, introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT adotado pela Sociedade para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido. A Sociedade adotou esta Lei a partir de 1º de janeiro de 2015.

**21. LUCRO POR AÇÃO**

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Básico/Diluído</u>		
Lucro líquido do exercício	125.132	142.876
Número de ações durante o ano	4.352.285	4.352.285
Lucro por ação	<u>0,0288</u>	<u>0,0328</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

## Notas Explicativas Rodovias do Interior Paulista S.A.

### 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

#### Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucro.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

#### Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade não deteve instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

**Notas Explicativas**

INTERVIAS

Ativos	31.12.2015 Empréstimos recebíveis	31.12.2014 Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	177.247	613.145
Aplicações financeiras	74	55
Partes relacionadas	708.174	343.238
Contas a receber clientes	23.025	22.635
Outras contas a receber	265	220
	31.12.2015	31.12.2014
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções	18.588	6.492
Debêntures	1.029.099	998.362
Partes relacionadas	8.651	7.511
Credores pela concessão	30.247	33.451
Outras contas a pagar	619	14

Não existem diferenças entre o valor de custo amortizado e o valor justo nos instrumentos financeiros da companhia.

Riscos de mercado

## a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade não apresentava saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

## b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras e dos mútuos e debêntures com partes relacionadas.



**Notas Explicativas** Rodovias do Interior Paulista S.A.

Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (- 25%)
CDI	13,75%	17,19%	20,63%	10,31%
Juros a incorrer (*)	(112.467)	(136.412)	(159.925)	(88.068)
Receita de aplicações (*)	24.366	30.457	36.548	18.274
Receita financeiras de mútuo (*)	107.729	131.891	155.957	83.468
IPCA	7,44%	9,30%	11,16%	5,58%
Juros a Incorrer (*)	(34.044)	(38.800)	(43.535)	(29.267)
Juros a incorrer (*)	(14.416)	(12.864)	(10.955)	(15.593)

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(\*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2015 a Sociedade apresentava valores a receber no valor de R\$22.231 (R\$22.635 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do

**Notas Explicativas**

INTERVIAS

exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Debêntures - IPCA	17,80%	16.833	19.573	22.694	643.643	-	702.743
Credores pela concessão	10,60%	7.851	8.350	8.855	9.390	805	35.251
Debêntures - CDI	14,50%	307.920	337.852	305.802	56.422	-	1.007.996
<b>Total</b>		<b>332.604</b>	<b>365.775</b>	<b>337.351</b>	<b>709.455</b>	<b>805</b>	<b>1.745.990</b>

**23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

**24. GARANTIAS E SEGUROS**

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2015, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	21.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	163.022
(*) Por sinistro		

## Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

#### SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A.

Araras - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

#### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para sociedades abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins de comparação foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram relatório sem modificação em 25 de fevereiro de 2015.

Campinas, 29 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Edgar Jabbour

Auditores Independentes Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 156465/O-9

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

### Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Luciano Louzane

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes**

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Linomar Barros Deroldo

Diretor Presidente

Luciano Louzane

Diretor Superintendente

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica